

“Fragilidade” adia reforma

A reforma administrativa, que deveria ser anunciada hoje junto com o Plano de Metas e as medidas complementares ao Plano Cruzado, será apenas citada em suas diretrizes pelo presidente José Sarney em seu pronunciamento logo mais às 20h30 em cadeia de rádio e televisão. O próprio presidente da República decidiu que ainda está muito cedo para promover essa reforma tão complexa e que foi “prematuramente” divulgada pelo Ministério da Administração, quando ainda sem fundamentos, segundo fontes credenciadas da Casa Civil da Presidência da República.

Na verdade, essa reforma, que envolve 150 mil famílias (os funcionários públicos, estatutários e celetistas), não atende ainda as intenções do presidente Sarney. Nos moldes em que foi apresentada, informam assessores da presidência, ela vinha “frágil e sem base”. Daí a decisão do presidente em adiar a sua implantação imediata, como queria o ministro Aluísio Alves, da Administração, encarregado de encaminhar essa reforma que vai tocar em, no mínimo, 120 empresas e fundações governamentais.

Apesar disso, para não deixar em situação constrangedora o seu amigo e colaborador Aluísio Alves, e que há quase um ano vem anunciando a reforma e alguns de seus pontos, o presidente José Sarney

vai incluí-la em seu pronunciamento mas, apenas, “**en passant**”, para usar expressão de um dos mais próximos colaboradores do presidente da República. Sarney só incluirá a reforma no pronunciamento para prestigiar Aluísio Alves.

Alívio

O adiamento da reforma administrativa provocou um suspiro de alívio nos políticos que são candidatos à Constituinte e aos governos de seus Estados. Mudanças, agora, nas empresas e fundações do governo, embora não impliquem em demissões, “redefiniria espaços políticos”, o que não estava agradando aos integrantes da Aliança Democrática. O Palácio do Planalto nega pressões políticas contra a reforma administrativa, mas elas vinham ocorrendo de forma sutil, com o não apoio da proposta. Depois das eleições, “tudo bem”, desabafaram alguns candidatos, principalmente da região leste e sul.

Os ministérios mais visados pela reforma são o da Agricultura e da Indústria e Comércio. Nessas áreas se encontram as empresas que “pecam pelo seu gigantismo”. O Ministério das Minas e Energia também se encontra no alvo do governo. Todos esses ministérios, com o crescimento de suas empresas vinculadas, amarraram decisões dos ministros e o presidente Sarney quer acabar com isso.